

NOVO

A GENTE RESPEITA O BRASIL



PLANO DE GOVERNO

PARA O MUNICÍPIO DE ASSIS

A GENTE RESPEITA ASSIS



2025 a 2028

Este plano de governo tem o propósito de guiar as políticas públicas de governo da cidade de Assis para os anos compreendidos entre 2025 e 2028.

Premissas

Políticas públicas baseadas em evidências: priorizamos propostas que já foram testadas e mostraram resultados, descartando outras mais recentes que, embora inovadoras, ainda não foram devidamente testadas e não têm a garantia de trazer os resultados desejados.

Responsabilidade fiscal: evitamos propostas que aumentam gastos públicos significativamente, já que todo gasto se tornará um aumento de imposto ou da dívida pública, exceto quando um aumento pontual puder trazer um retorno em economias no curto ou médio prazo.

Simplicidade, foco e gestão: os incentivos da política tendem a gerar grandes promessas, gastos e planos mirabolantes, enquanto a gestão do dia a dia e importantes projetos de bastidores são negligenciados. Orientamos nossas propostas para a execução do básico bem-feito.

Liberalismo como um norte: o NOVO é um partido defensor de uma ideologia bem definida que, onde foi aplicada, mostrou-se determinante na melhoria da qualidade de vida da população. As propostas aqui apresentadas, embora nem sempre representem o ponto de chegada desejado, são avanços na direção almejada, considerando o ponto de partida atual da gestão pública municipal

Princípios e valores do Partido NOVO

O Partido Novo nasce da insatisfação de grande parte da sociedade brasileira com o modo como a política é exercida em favor dos políticos e não dos cidadãos. A defesa da liberdade é o valor que fundamenta e norteia nosso propósito. Somos guiados, portanto, pelos seguintes princípios para que o Brasil e nossa cidade de Assis seja mais justa, livre e próspera.

Liberdade individual e respeito ao próximo

Uma sociedade diversa como a do Brasil só pode viver em harmonia se os cidadãos tiverem o direito de conduzir sua vida e buscar a felicidade à sua maneira. Acreditamos na essência da liberdade individual em todas as dimensões, considerando o indivíduo responsável por suas escolhas. A liberdade é indissociável da responsabilidade de agir com integridade e respeito às leis, preservando a harmonia e a convivência pacífica.

Livre mercado e direito à propriedade

Defendemos o livre mercado e o respeito à propriedade privada, com mínima intervenção do Estado na economia, facilitando a vida de quem trabalha e produz e estimulando o empreendedorismo, a inovação, a livre concorrência e a prosperidade no Brasil. A livre iniciativa é o verdadeiro agente de mudança, o caminho para a humanidade resolver problemas, satisfazer seus desejos e realizar todo o seu potencial.

Império da lei e democracia

Temos compromisso com o Estado Democrático de Direito, garantindo que todos sejam iguais perante a lei, independentemente de sua origem, cargo, posição social ou poder econômico, assegurando justiça e confiança para os brasileiros. A Justiça imparcial, a segurança jurídica e a separação de poderes devem garantir que todos, mesmo os mais poderosos, estejam submetidos à lei.

Estado enxuto, eficiente e a serviço das pessoas

Os brasileiros não aguentam mais carregar em seus ombros um Estado inchado e ineficiente. É preciso reduzir a máquina pública e promover um intenso corte de gastos dos Três Poderes, para que os governos possam focar no essencial: saúde, educação e segurança. Defendemos a descentralização do poder e maior autonomia das cidades e Estados, para que os governos possam estar sempre a serviço da população, e não se perpetuando como um fim em si mesmo.

Combate à corrupção e aos privilégios

Defendemos o corte radical de regalias e mordomias concedidas a políticos, funcionários públicos, grupos de pressão e empresas com conexões com o poder, assim como a implementação de mecanismos de integridade, máxima transparência e profissionalismo na gestão pública. A democracia brasileira não pode se tornar uma ditadura de minorias organizadas que conquistam privilégios pagos pela maioria da população. As ações do Estado devem beneficiar todos e não somente àqueles que dominam o poder.

Oportunidades ao alcance de todos

A promoção de oportunidades é fundamental para uma cidadania plena, indo além da mera ausência de restrições estatais. Garantir acesso a direitos básicos, como educação, saúde e segurança, permite aos indivíduos exercerem sua liberdade de forma completa e legítima uma sociedade meritocrática e dinâmica. Acreditamos que o melhor programa social é o emprego e o aumento de sua oferta se dá com um ambiente de plena segurança jurídica, econômica e fiscal.

“Cuidar das pessoas será uma meta para a nossa administração, não existe uma “empresa” onde os clientes são bem atendidos e amparados se os seus funcionários não estão treinados, capacitados, motivados e acolhidos pela empresa”

- Cavuto -

Agradecimentos

Às pessoas que gentilmente nos ajudaram a desenvolver este plano de governo em que muitas por motivos de receios políticos não puderam ser citadas aqui, mas que dedicaram seu tempo e esforço na construção deste denso material rico em ações e metas para o desenvolvimento de nossa cidade.

Fica aqui a mensagem de esperança para todos os oprimidos que, as políticas públicas do NOVO serão realizadas pela e para a população que delas necessita, independente de sua orientação política, classe social, raça, credo, gênero etc.

“Triste é a cidade onde as pessoas têm de viver reféns de políticos que as oprimem e as amordaçam, as deixando reféns do medo de perder benefícios que são seus direitos, e que são os deveres daqueles que usam de sua posição para as manter caladas. Pessoas que poderiam contribuir para a sociedade, mas que sabem, que ao se levantarem contra o sistema, terão ceifados de forma cruel, suas sedes de associações, os benefícios de seus filhos amigos e parentes, suas bolsas atleta, dentre outras formas de mordida que o mundo de alguns políticos usa de forma contínua contra aqueles que um dia confiaram em sua gestão através do voto.”

Márcio Cavuto – Partido NOVO

Sumário

Fiscalização, transparência e combate a corrupção	05
Mobilidade Urbana	09
Acessibilidade	12
Gestão Pública	14
Finanças Públicas	17
Assistência Social	20
Meio Ambiente e Sustentabilidade	23
Geração de emprego e Desenvolvimento	29
Esporte, Lazer, Cultura e Turismo	33
Segurança Pública	39
Saúde	43
Educação	50
Habitação e Planejamento Urbano	55
Estrutura Secretarias	57

Fiscalização, Transparência e combate a corrupção

Uma grande quantidade de recursos é perdida todos os anos, seja em desvios de recursos públicos ou mesmo pela escolha por políticas públicas ruins para a sociedade em geral, mas que beneficiam certos grupos de interesse econômico específico. Empregos e oportunidades são destruídos quando empresas e agentes públicos se unem para obter vantagens ilícitas e proteger seus setores, e o livre mercado é prejudicado pela ausência de concorrência real, má prestação de serviços e o desincentivo à pesquisa e inovação. E acima de tudo, vidas são perdidas quando se deixa de implementar políticas públicas efetivas para desviar recursos

São atribuídos aos municípios diversos deveres de fiscalização, desde a velocidade no trânsito até a vigilância sanitária. Também é de sua responsabilidade autorizar várias atividades, como a emissão de alvarás de funcionamento e algumas licenças ambientais. Além disso, os entes municipais cobram impostos e têm despesas das mais diversas para operar seus sistemas de saúde, educação, saneamento básico, entre outros.

Os municípios, portanto, têm uma estrutura administrativa própria e executam parte do orçamento público nacional desempenhando funções essenciais para os cidadãos. Sendo assim, tratar de fiscalização, transparência e combate à corrupção na esfera municipal é fundamental, iniciando pela mitigação das condutas desviantes dos próprios agentes públicos municipais.

Para isso, o município pode, em primeiro lugar, prevenir a corrupção implementando políticas e práticas que reduzam as oportunidades para tais atos.

Isso inclui a adoção de procedimentos administrativos eficientes e transparentes. Ao aumentar a transparência e estabelecer normas claras de conduta, o município facilita a identificação de atos corruptos. Quanto menos obstáculos burocráticos, menos oportunidades de corrupção.

É preciso também avançar nos programas de integridade no setor público, definindo padrões de condutas éticas para os servidores e as empresas que se relacionam com a administração pública. Por isso é necessário aumentar a eficiência dos sistemas de controle interno do município, apoiando os gestores a tomarem melhores decisões e auditando os gastos públicos, percebendo e sanando irregularidades de forma mais célere.

Desta forma, nosso município aumenta a sua capacidade de aplicar sanções administrativas a indivíduos que desrespeitam leis e códigos de ética municipais e demonstra o seu

comprometimento com o combate à corrupção e à impunidade, promovendo uma gestão pública mais eficaz e digna de confiança

METAS A SEREM PERSEGUIDAS

Aumentar o nível de transparência e governança pública

Medido pela Escala Brasil Transparente, da Controladoria-Geral da União (CGU)¹ e pelo Índice de Transparência e Governança Pública (ITGP) da Transparência Internacional – Brasil².

Garantir conformidade de prazos e requisitos da Declaração de Contas Anuais (DCA)

A DCA é um conjunto de tabelas de dados patrimoniais e orçamentários que deve ser preenchida anualmente pelos entes públicos e enviada ao Tesouro Nacional por meio do Siconfi - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro³.

Reduzir a vulnerabilidade do município

Medido pela Matriz de Vulnerabilidade da Controladoria Geral da União, que busca identificar potenciais fragilidades na aplicação dos recursos públicos federais repassados a municípios⁴.

1 Governo do Brasil. “Mapa Brasil Transparente”. Disponível em: <<https://mbt.cgu.gov.br/publico/home>>

2 Governo do Brasil. “Programa de Fiscalização em Entes Federativos”. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/programa-de-fiscalizacao-em-entes-federativos/1-ciclo>>.

3 Governo do Brasil. “Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro”. Disponível em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

4 Governo do Brasil. “Programa de Fiscalização em Entes Federativos”. Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/programa-de-fiscalizacao-em-entes-federativos/1-ciclo>>.

PROPOSTAS

1. Implementar programa de revisão e atualização de leis e normas municipais com foco em reduzir interpretações subjetivas e trazer mais clareza e evidências técnicas nas análises submetidas ao poder público, estabelecendo um prazo específico para que essa revisão seja concluída.
2. Reduzir a burocracia e regulamentações que exigem autorização do poder público para a realização de atividades privadas, especialmente em áreas consideradas de baixo risco, para eliminar potenciais focos de corrupção.
3. Aderir à Lei de Governo Digital (LGD) e regulamentar sua aplicação, criando base normativa que incentive a digitalização de procedimentos burocráticos e de serviços públicos com ênfase no aumento da eficiência pública.
4. Digitalizar e automatizar os sistemas e processos, incluindo a gestão de filas de acesso a serviços públicos e a tramitação de documentos, visando aumentar a transparência e a eficiência e eliminar favorecimentos e casos de corrupção.
5. Garantir a transparência dos atos administrativos e normas por meio da implementação de diário oficial eletrônico, da consolidação e disponibilização de todas as normas legais e infralegais aplicáveis no âmbito municipal, e da divulgação de informações sobre o processo legislativo municipal, facilitando o controle do cidadão sobre seus governantes.
6. Aperfeiçoar os mecanismos de transparência ativa por meio da implementação e atualização do portal da transparência municipal, no qual deve haver dados sobre as contas públicas, informações de contato, relatórios de auditoria, salários e verbas indenizatórias e outras informações, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (LAI) e com a regulamentação aplicável.
7. Aperfeiçoar os mecanismos de transparência passiva por meio da implementação de canal específico que possibilite ao cidadão requisitar e receber informações e documentos, acompanhar prazos e apresentar recursos por meio eletrônico, garantindo sua privacidade aos moldes da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (FalaBR).
8. Regulamentar a Lei de Acesso à Informação (LAI), disposta na Lei 12.527/2011, por meio de decreto, que trata da operacionalização da norma federal em âmbito municipal, ou de lei específica, que poderá ir além da legislação federal prevendo

a disponibilização de um rol maior de informações e de mecanismos que garantam maior efetividade à transparência governamental.

9. Instituir política de dados abertos, nos moldes do Decreto 8.777/2016 do Governo Federal, e realizar consultas e revisões periódicas para aprimorar os sistemas de acordo com as principais demandas da sociedade.
10. Criar um Código de Integridade e Conduta tanto para o funcionalismo público quanto para empresas que mantêm grandes contratos com a Prefeitura, com capacitação e treinamento frequentes, visando assegurar práticas éticas e responsáveis, incluindo a regulamentação e a definição de potenciais conflitos de interesse.
11. Estabelecer um canal de denúncias para que cidadãos e servidores possam reportar irregularidades de forma anônima, com a possibilidade de apresentar provas. Esses canais deverão ser monitorados por um corpo investigativo independente e sujeitos a auditorias externas.
12. Definir e implementar critérios e procedimentos específicos para a ocupação de cargos e funções comissionadas, promovendo a nomeação de agentes com experiência profissional e acadêmica compatíveis com as necessidades públicas e vedando a nomeação de agentes em conflito de interesse.
13. Investigar denúncias e fiscalizar contratos em andamento, tanto da gestão atual como das passadas, com indícios de irregularidades e avaliar a possibilidade de contratar auditorias privadas.
14. Centralizar o processo de compras e aquisições em uma única área ou secretaria especializada, com treinamento para a equipe e ferramentas de fiscalização dos processos, reduzindo o espaço para a corrupção.

| Mobilidade Urbana

Tratar de mobilidade é discutir como reduzir o tempo e aumentar a segurança no deslocamento das pessoas dentro de uma cidade; é sobre como coordenar e otimizar diferentes modais para acelerar esse movimento. Quando as cidades perdem mobilidade, aumentando tempos de deslocamento, o acesso a emprego e educação é limitado, a qualidade de vida de seus moradores cai e a produtividade econômica da cidade é prejudicada.

Discutir mobilidade também é procurar reduzir a mortalidade relacionada ao trânsito. Segundo estudo do IPEA18, o trânsito brasileiro registrou um aumento de 13,5% nas mortes entre 2010 e 2019 em comparação com a década anterior, sendo uma necessidade latente a melhoria da segurança viária nas cidades.

Os municípios são responsáveis por planejar, gerenciar e executar políticas de transporte coletivo público urbano que atendam às necessidades de deslocamento da população de forma eficiente. Sobre os sistemas de transporte público coletivo, debate-se atualmente arranjos que segregam as operações de bilhetagem, operação dos ônibus e gestão da estrutura de rodagem, terminais e pontos de parada, permitindo que cada operador foque no que é mais eficiente.

Assis, segundo o Infosiga SP, ocupa a segunda colocação no ranking de mais mortes em acidentes de trânsito para cidades entre 100 mil e 150 mil habitantes no estado de São Paulo, perdendo apenas para a cidade de Cubatão.

Assis tem 22,62 óbitos a cada 100 mil habitantes enquanto Cubatão tem 27,29 óbitos a cada 100 mil habitantes. Depois de Assis vem as cidades de Valinhos (21,14) Itanhaém (21,02) e Sertãozinho (20,33)

METAS A SEREM PERSEGUIDAS

Reduzir o gasto público municipal com subsídios ao sistema de transporte público coletivo.

Reduzir o tempo médio de deslocamento casa-trabalho.

Reduzir a distância das residências ao acesso ao transporte público coletivo.

Aumentar a extensão da rede de transporte público coletivo.

Aumentar a frequência de horários do transporte.

Reduzir a mortalidade e a morbidade nos transportes.

PROPOSTAS

1. Contratar separadamente o fornecimento dos veículos, o serviço de bilhetagem, a operação das linhas de ônibus e a operação dos terminais, visando reduzir a assimetria de informação da Prefeitura e ampliar a capacidade e a eficiência da gestão dos serviços de transporte público coletivo.
2. Criação de mais 3 terminais de ônibus no bairro Pacaembu, Prudenciana e Distrito Industrial.
3. Permitir a exploração de publicidade nos ônibus e pontos de ônibus e reverter as receitas do estacionamento rotativo, ZONA AZUL, para a tarifa do transporte público coletivo.
4. Revitalizar pontos de ônibus e terminal Urbano e criação de mais pontos com maior proteção e conforto ao usuário e servindo inclusive de locais onde possam ser realizados projetos que ampliem as atividades comerciais e culturais oferecidas aos usuários do transporte coletivo.
5. Concessão do serviço de transporte público do município
6. Autorizar uma regulamentação que garanta segurança jurídica e simplifique a operação e a expansão de transportes alternativos, como vans, e serviços baseados em tecnologia, como motoristas de aplicativo, patinetes e bicicletas, facilitando e apoiando inovações no setor.

7. Incentivar o uso de modais como a bicicleta e o patinete, através da implementação de ciclofaixas, orientada por estudos técnicos que avaliem os benefícios de intervenções.
8. Estruturar os dados de trânsito, permitindo aplicar inteligência sobre as decisões de gestão de tráfego.
9. Elaborar um mapa de pontos de calor de acidentes de trânsito e locais de risco a partir de dados de acidentes e outras avaliações urbanísticas, para fundamentar intervenções.
10. Estudar a concessão da Rodoviária de Assis afim de modernização da mesmo pelo seu cessionário.
11. Implementar intervenções urbanísticas para a redução de riscos e acidentes, baseadas em critérios técnicos e mapeamento de riscos.
12. Investir na capacitação da equipe de servidores responsáveis pela gestão de tráfego, elaborar parcerias com institutos especializados para o diagnóstico da segurança no trânsito e planejamento de intervenções.

Acessibilidade

Importante entender que, acessibilidade não é apenas destinada às pessoas com algum tipo de deficiência física ou visual definitiva ou para pessoas com restrições de movimentos desde severos ou de envelhecimento, mas também para os temporários como causados por um acidente.

A NBR 9050 estabelece várias normas de acessibilidade a edificações, mobiliário e espaços equipamentos urbanos.

A acessibilidade é pensada no direito de as pessoas poderem circular com dignidade, autonomia e segurança pelas cidades permitindo a todos o direito igual, pensando em atingir o maior número possível de grupos que ocupam nossa cidade para que todos possam participar ativamente da vida em sociedade.

METAS A SEREM PERSEGUIDAS

Deixar a cidade mais inclusiva e amiga das pessoas com deficiência.

Melhorar os espaços urbanos para que possam ser mais bem aproveitados por todos.

Garantir a segurança e a Autonomia das pessoas.

Reduzir o número de acidentes e conflitos

PROPOSTAS

1. Instalar semáforos com aviso sonoro nas principais vias da cidade
2. Adaptar o transporte público para que possa oferecer ao cadeirante acesso a ele através de veículo adaptado com elevador para poder subir sua cadeira com conforto e segurança para dentro do ônibus.

3. Instalação de placas em braile, para que os deficientes visuais possam saber o destino das linhas de transportes e dentro de órgão públicos com informações sobre tipo de órgão, sua destinação e como fazer para ser atendido.
4. Construção de rampas de acesso dentro das normas para todos os prédios públicos, escolas para a entrada de pessoas com carrinhos, cadeirantes ou pessoas com dificuldade de locomoção.
5. Estudo de tempos semafóricos do centro e próximo a terminais e ponto de ônibus para que possam atender e facilitar a travessia de idosos e pessoas com dificuldade de locomoção.
6. Instalação de piso tátil nas ruas de maior movimento além da criação de uma faixa de passeio que deve ficar sempre livre e desimpedida de qualquer intervenção urbana ou promocional.
7. Novas calçadas deverão ser planas e regulares para evitar risco de queda, com espaçamento total a ser debatido pela camarada de vereadores a fim de incluir o máximo de grupos ao direito de ir e vir com segurança.
8. Definição clara de faixas de serviços onde serão instalados postes, sinalizações, e mobiliário urbano.
9. Instalação de iluminação adequada para gerar maior visibilidade e segurança entre pedestres e veículos em pontos chaves das travessias de ruas e avenidas
10. Instalação de corrimãos em áreas internas e externa conforme norma ABNT

Ter uma gestão eficiente é essencial para o sucesso de todas as áreas da Prefeitura. Partir de uma visão de longo prazo para definir e orientar as ações e processos cotidianos torna possível a fixação de metas finalísticas, voltadas à melhora da qualidade de vida dos cidadãos.

É essencial que se implemente uma cultura de gestão para resultados na administração pública de nossa cidade, sendo necessário rever a estrutura de secretarias e selecionar secretários e gestores públicos por competência técnica, aplicando, inclusive, processos seletivos quando possível. É importante também capacitar e treinar as lideranças para que sejam capazes de repassar a cultura de gestão para resultado para suas equipes. Os ciclos de gestão devem ser transparentes e as metas, pactuadas entre gestor e servidor, de modo que os funcionários produtivos e comprometidos sejam valorizados, as competências a serem aprimoradas sejam identificadas e os servidores com baixa produtividade sejam treinados.

No que tange à gestão de processos, o aumento da eficiência municipal depende da sua digitalização. E quanto à gestão patrimonial, o município deve manter acervo atualizado dos seus imóveis e avaliar a subutilização e a desocupação, preferindo alienar os imóveis não utilizados.

METAS A SEREM PERSEGUIDAS

Reduzir o percentual da despesa com pessoal sobre a receita

Reduzir a relação de servidores por habitantes

Aumentar o percentual de processos digitalizados

Aumentar a satisfação da população com a qualidade dos serviços prestados

PROPOSTAS

1. Realizar uma revisão completa da estrutura administrativa, com o objetivo de racionalizar o número de secretarias e otimizar a estrutura da gestão municipal e FEMA, promovendo maior eficiência.

2. Reestruturar carreiras e a estrutura remuneratória do funcionalismo, de modo a simplificá-las, reduzindo eventuais disparidades salariais entre o setor público e privado e estabelecendo critérios de progressão baseados em desempenho.
3. Implementar sistema de gestão de desempenho para os órgãos e servidores, estabelecendo metas de resultado e entregas, avaliações de desempenho objetivas e periódicas, atrelando bonificações e progressões de carreira aos bons resultados.
4. Regulamentar o desligamento por insuficiência de desempenho de efetivos e temporários.
5. Revisar licenças, afastamentos e benefícios do funcionalismo público, eliminando privilégios e distorções eventualmente existentes com a iniciativa privada.
6. Criar programas de treinamento e capacitação dos gestores e lideranças públicas.
7. Realizar processo seletivo para cargos de livre nomeação, visando atrair profissionais competentes para as funções e mitigando as indicações meramente políticas.
8. Realização de uma ampla auditoria para revisão de gastos em todas as secretarias e autarquias, incluindo a FEMA.
9. Realização de auditoria em todos os contratos em vigência e os encerrados dos últimos 5 anos.
10. Realização de levantamento de autorizações ambientais e estudos de qualidade da água e outros impactos relacionados à criação do Parque das Águas 1 e 2, como o despejo de peixes que foram enviados para nosso ecossistema após a vazante durante as grandes chuvas de 2023.
11. Modernizar o atendimento ao cidadão assisense, trazendo o protocolo digital que além de agilizar o atendimento das demandas dos munícipes, traz mais transparência
12. Estudos de Privatização da FEMA.
13. Revisar ou criar a Lei Municipal de Concursos Públicos, aprimorando os mecanismos de seleção, prevendo etapas de avaliação de conhecimentos, habilidades e competências e criando a figura do Curso de Formação.

14. Mapear funções, atividades e processos para avaliar o emprego da força de trabalho e identificar sobreposições e oportunidades.
15. Revisar a estrutura de cargos em comissão da prefeitura não apenas pensando em reduzir seu número, mas principalmente racionalizar a estrutura.
16. Proporcionar transparência aos cidadãos quanto aos dados de despesa de pessoal, divulgando abertamente a folha de pagamentos e os benefícios.
17. Estabelecer um sistema de monitoramento e revisão periódica das políticas públicas para avaliar sua efetividade e a eficiência no uso dos recursos.
18. Promover a contratação de serviços do setor privado sempre que possível, para aumentar a eficiência, reduzir custos e evitar a expansão desnecessária da máquina pública.
19. Promover ações para um Governo Digital, digitalizando e automatizando processos administrativos e o acesso aos serviços públicos pelos cidadãos, garantindo transparência e qualidade a todos.
20. Realizar um inventário completo do patrimônio imobiliário da prefeitura, avaliando cada imóvel quanto à sua subutilização ou desocupação e realizando a venda de todos que possam ser melhor aproveitados diretamente pela sociedade.
21. Implementar um programa de privatizações e concessões de equipamentos e serviços públicos otimizando a gestão e o desempenho.
22. Revisar os contratos em vigor, priorizando os de maior valor, racionalizando as despesas e aumentando a eficiência do gasto público.
23. Garantir transparência dos contratos expondo com clareza dados como objeto, valores e forma de pagamento.
24. Identificar os principais potenciais, desafios e entraves da cidade em colaboração com entidades empresariais, sociais e institutos de pesquisa.
25. Criar uma visão de longo prazo para a cidade, estabelecendo metas atingíveis e criando diretrizes para ações, respeitando a liberdade de mercado e individual.
26. Elaborar e implementar um plano de ação que remova os entraves identificados, permitindo o livre desenvolvimento das potencialidades da cidade.

É fundamental que a população saiba a razão pela qual estão sendo cobrados determinados valores e que essas quantias sejam revistas regularmente. A falta de transparência frequentemente resulta em desatualizações do tributo e gera discrepâncias nas cobranças de impostos em propriedades parecidas, quebrando a isonomia.

As principais atribuições da Secretaria da Fazenda estão relacionadas à gestão dos recursos financeiros do município e à geração de receita, especialmente na cobrança de impostos. Além disso, a estrutura administrativa fazendária é responsável pela emissão de certidões e outras informações necessárias para os moradores e empresas situadas nas cidades, algumas, inclusive, de grande sensibilidade, como certidões negativas de débitos tributários municipais, cuja não obtenção pode impedir as empresas sediadas no município de receberem pagamentos em contratos públicos.

Orçamentos desequilibrados e previsões de receita imprecisas são fatores que podem precipitar crises fiscais em nosso município. Por isso, a adoção de boas práticas na elaboração e execução do orçamento é vital para garantir uma gestão fiscal estável e previsível, evitando surpresas fiscais desagradáveis.

O orçamento da cidade, sendo a espinha dorsal da execução de políticas públicas, orienta as ações municipais ao longo do ano e deve ser elaborada com responsabilidade. Não é correto superestimar receitas para justificar maiores gastos, ignorando as consequências de longo prazo. Essas práticas comprometem a integridade e a eficácia da gestão fiscal, ressaltando a necessidade de uma abordagem mais prudente e transparente no manuseio das finanças públicas.

METAS A SEREM PERSEGUIDAS

Melhorar o resultado fiscal, sem aumento da carga tributária

Reduzir o valor do déficit da previdência em relação ao orçamento

Reduzir a dívida bruta nominal e percentual¹

Melhorar a classificação da capacidade de pagamento (CAPAG)²

1 - Dívida bruta faz uma referência ao valor total da dívida, enquanto dívida percentual refere-se o valor da dívida em relação ao PIB do município.

2 - A capacidade de pagamento (CAPAG) faz referência a uma classificação de risco elaborada pelo Tesouro Nacional.

PROPOSTAS

1. Revisar e atualizar o Código Tributário, simplificando regras, reduzindo risco de litígios e incertezas fiscais e modernizando o sistema de pagamento de impostos e taxas.
2. Facilitar o atendimento ao público, digitalizando sistemas e unificando locais de atendimento físico.
3. Simplificar e digitalizar os processos internos, reduzindo custos, acelerando o atendimento e permitindo o rastreamento de decisões.
4. Estimar a arrecadação com base em projeções históricas e expectativas técnicas sobre o desempenho econômico do ano seguinte.
5. Mapear um plano de contingenciamento de despesas, isto é, de limitação das despesas para evitar desequilíbrio financeiro, para ser implementado em casos de frustração de arrecadação ou necessidade de remanejamento de gastos.
6. Elaborar um fluxo de caixa das despesas municipais, dando previsibilidade para a execução orçamentária anual.
7. Implementar medidas de incentivo à formalização, como a Lei de Liberdade Econômica, regularização fundiária, abertura econômica ou a educação da população para o empreendedorismo.
8. Renegociar dívidas de contribuintes inadimplentes, sem criar desvantagens àqueles que pagaram suas obrigações em dia, buscando a regularização fiscal.
9. Aperfeiçoar o cálculo do Valor Adicionado Fiscal para aumentar a precisão dos repasses de ICMS.
10. Analisar o sistema de Previdência dos servidores municipais e verificar se o sistema apresenta déficit, visando à sustentabilidade financeira a longo prazo.
11. Revisar políticas públicas, benefícios e isenções para efetividade em relação aos objetivos pretendidos, avaliando a eliminação de despesas em medidas que não cumpriram suas metas.
12. Renegociar e reestruturar dívidas com credores.

13. Renegociar custos bancários para cobrança, pagamentos e gestão das contas da cidade.
14. Atualizar a planilha de valores de referência do IPTU, reduzindo a alíquota geral do IPTU para que não ocorra aumento da carga tributária para a população.
15. Revisar o cálculo de taxas municipais para usar indicadores e cálculos modernos e equilibrados com o custo dos serviços prestados.
16. Dar transparência ao cálculo do IPTU e de taxas municipais, para que a população entenda a cobrança, e dificultar aumentos de arrecadação via mudanças ocultas no cálculo interno.

A assistência social busca proteger os indivíduos e as famílias em situação de vulnerabilidade, pessoas cujos direitos básicos foram violados em razão de fatores sociais, econômicos, de saúde, ambientais, jurídicos e psicossociais. Nas últimas décadas, os municípios brasileiros vêm enfrentando diversos desafios nesse tema. Dados do IBGE apresentados na Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) de 2024 apontam que 31,6% da população, equivalente a 67,8 milhões de pessoas, vivem com uma renda mensal de até R\$ 637,00 e 5,9% dos brasileiros, ou 12,7 milhões de pessoas, enfrentam condições de extrema pobreza, vivendo com, no máximo, R\$ 200,00 por mês.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) define as responsabilidades dos quatro entes federativos: União, estados, municípios e o Distrito Federal. Por estarem mais próximos da comunidade e possuírem um conhecimento mais aprofundado das realidades locais, as cidades têm a atribuição de identificar, atender e encaminhar as necessidades de populações em risco, incluindo famílias, crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, imigrantes e a população LGBTQIA+. Nesse contexto, as unidades de atendimento municipais executam essas responsabilidades a partir de estruturas como CRAS, CREAS, Centros POP, Centro-Dia de Referência para Pessoas com Deficiência e Unidades de Acolhimento.

Para uma gestão municipal eficaz na área de assistência social, é fundamental adotar abordagens que vão além da ajuda imediata, concentrando-se na capacitação e na promoção da independência financeira e social dos beneficiários. A assistência social deve ser vista como uma “porta de saída” para que as pessoas em situação de vulnerabilidade possam superar suas dificuldades e se tornarem autossuficientes.

Além disso, a gestão municipal deve priorizar a avaliação constante dos programas em execução, garantindo que eles estejam atingindo os objetivos propostos e contribuindo efetivamente para a emancipação das pessoas vulneráveis. A coleta de indicadores e dados sobre o progresso dos beneficiários é fundamental para orientar a tomada de decisões e ajustar as políticas de assistência social de acordo com as necessidades de nossa cidade de Assis.

Tipicamente, indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade têm dificuldade de acessar programas de assistência por falta de informação e limitações geográficas ou tecnológicas. Essa situação acaba perpetuando ciclos de pobreza e exclusão, tornando difícil para essas pessoas melhorarem suas condições de vida de maneira autônoma.

Quando um indivíduo vulnerável faz seu registro no Cadastro Único, portas para programas de assistência e de segurança alimentar, como hortas comunitárias, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, acabam se abrindo. As hortas comunitárias promovem

a produção local de alimentos, enquanto os bancos de alimentos focam na redistribuição de alimentos excedentes para os necessitados.

No cenário atual, populações como mulheres, crianças, idosos, e a comunidade 'QIA+ enfrentam desafios significativos relacionados à vulnerabilidade e à violência. Para abordar esses problemas complexos, é essencial buscar estratégias eficazes de acolhimento e assistência. O objetivo em questão busca fortalecer e expandir as redes de apoio e parcerias, tanto com a iniciativa privada quanto com outras secretarias e órgãos públicos, a fim de desenvolver e implementar programas integrados de acolhimento e assistência. Ao atingir esse objetivo, espera-se um impacto positivo na melhoria da realidade, com uma redução significativa da vulnerabilidade e da violência enfrentada por essas populações.

METAS A SEREM PERSEGUIDAS

Reduzir a população dependente de serviços de assistência e benefícios sociais por meio da conquista de sua autonomia.

Reduzir o número de pessoas em situação de rua.

Reduzir o percentual de famílias na pobreza e extrema pobreza.

Reduzir o número de dependentes químicos.

Aumentar a integração

PROPOSTAS

1. Elaborar um diagnóstico sócio territorial para mapear as necessidades e potencialidades dos bairros, com o objetivo de desenvolver políticas públicas mais assertivas e inclusivas.
2. Reforçar o atendimento a indivíduos e famílias em situação de risco social e pessoal, com foco na garantia de seus direitos básicos e autonomia.
3. Registrar as pessoas em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único, garantindo acesso a serviços e benefícios sociais.
4. Implementar programas de segurança alimentar, integrando hortas comunitárias, bancos de alimentos, agricultura familiar, restaurantes populares e cozinhas

comunitárias, com o objetivo de combater a fome e estabelecer esses locais como pontos de apoio para encaminhar populações vulneráveis a programas de superação e assistência.

5. Divulgar informações sobre as organizações de assistência atuantes na cidade e cadastradas nos conselhos municipais ligados à pasta, promovendo o contato direto da população em geral.
6. Estabelecer parcerias entre o setor privado e organizações do terceiro setor, em conjunto com políticas de trabalho, emprego e renda, para desenvolver e implementar programas de capacitação e inserção no mercado de trabalho para pessoas em situação de vulnerabilidade.
7. Criar redes de apoio integradas, em parcerias com outras secretarias, órgãos públicos e terceiro setor para acolher mulheres, crianças, idosos, migrantes, a comunidade LGBTQIA+ e outras populações em situação de violência e vulnerabilidade, oferecendo abrigo, aconselhamento, assistência jurídica e programas de reintegração social.
8. Ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho por meio de cursos de capacitação profissional e mutirões em parceria com empresas locais.
9. Capacitar as equipes multidisciplinares da Assistência Social a partir de formações continuadas para que atuem conforme o que prevê a lei e em situações adversas.
10. Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das ações de assistência social a fim de garantir a eficácia e aprimorar continuamente as políticas.
11. Firmar parcerias entre municípios para compartilhar recursos, expertise e responsabilidades no cuidado de alta complexidade.

Meio Ambiente e Sustentabilidade

A sustentabilidade e a preservação ambiental são temas que vêm sendo amplamente discutidos, refletindo uma crescente preocupação com o equilíbrio ecológico e com a gestão responsável dos recursos naturais. Essa conscientização é impulsionada pelas evidências crescentes das mudanças climáticas e pela urgência em adotar práticas sustentáveis para garantir a qualidade de vida das populações urbanas e rurais.

No Índice de Desempenho Ambiental de 2022, desenvolvido pelas universidades de Columbia e Yale, o Brasil ficou em 81º lugar de 180 países estudados. Foram avaliados 40 indicadores relativos à saúde ambiental, proteção de ecossistemas e mitigação das mudanças climáticas. O Brasil registrou baixo desempenho em diversas categorias, ficando entre os piores do mundo em algumas delas, como reciclagem. Além disso, o país enfrenta desafios com a perda de cobertura florestal e o lançamento de plástico nos oceanos.

A situação brasileira não é melhor no que diz respeito ao bem-estar animal. Dados do Instituto Pet Brasil (IBP) indicam que há quase 185 mil animais resgatados por ONGs ou grupos de protetores após serem abandonados ou sofrerem maus-tratos. Destes, 177.562 são cães e 7.398 são gatos. O levantamento, realizado junto a 400 ONGs de todo o país, revelou que o número de animais de estimação em condição de vulnerabilidade mais do que dobrou no Brasil entre 2018 e 2020, passando de 3,9 milhões para 8,8 milhões.

Outra área na qual o Brasil ainda deixa a desejar é na concessão dos parques com potencial de exploração pela iniciativa privada. Com 499 parques elegíveis para parcerias público-privadas, menos de 30 foram concedidos até 2021, ou seja, há um enorme potencial inexplorado.³⁸ O setor é muito importante. Estudo do ICMBio³⁹ sugere que cada real investido em unidades de conservação pode gerar R\$15,00 em benefícios econômicos, ilustrando o impacto positivo das concessões. Estima-se que os parques brasileiros possam atrair até 56 milhões de visitantes por ano, criando 978 mil empregos e impactando o PIB em R\$ 44 bilhões. A concessão de parques, portanto, não só é benéfica para a economia, mas também promove a preservação ambiental e a promoção do turismo sustentável no Brasil.

Segundo as diretrizes constitucionais, é dever de todos os entes proteger o meio ambiente e combater a poluição em suas múltiplas formas. Essa responsabilidade inclui a gestão de áreas verdes, fauna, flora e a implementação de políticas para a preservação ambiental.

Além disso, os municípios detêm a capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local e complementar a legislação federal e estadual conforme necessário, podendo definir exigências adicionais às regras de licenciamento ambiental e até serem responsáveis por licenciar empreendimentos de menor porte.

Os municípios também podem instituir áreas de preservação permanente e gerir parques municipais. Nesse contexto, a concessão dos parques surge como um mecanismo relevante, permitindo o aprimoramento da infraestrutura, melhor qualidade nos serviços de ecoturismo e conservação ambiental.

Como parte da competência municipal sobre o saneamento básico, a Prefeitura é responsável pela reciclagem e fiscalização dos esgotos e fossas irregulares, devendo implementar a coleta seletiva e ampliar a cobertura de esgoto tratado. No mesmo sentido, é preciso preocupar-se com a implantação de políticas de eficiência energética, gestão responsável dos recursos hídricos do município e promoção de uma infraestrutura urbana ecologicamente responsável.

Entender e manter dados atualizados de coleta e reciclagem devem ser uma prioridade para uma cidade que deseja realmente ter como meta clara e real a sustentabilidade para que a população consiga se informar e acompanhar as melhorias e pioras no processo de conservação do meio ambiente.

A água do município é oriunda de captação superficial que ocorre no bairro Água do Cervo, e segue por adutora de aproximadamente 07 (sete) quilômetros para tratamento em ETA aberta dispondo de pré-cloração, correção de pH, tanque de coagulação utilizando Policloreto de Alumínio (PAC 15%), tanque de floculação, tanque de decantação, filtração em filtros de areia e carvão, desinfecção com a utilização de cloro gás, fluoretação e distribuição para reservatórios elevados distribuídos pelo município. A vazão média total de tratamento é de 642.172 m³ por mês. O índice de abastecimento de água apresentado pelo município, com base nos dados do SEADE, é de 99,16% com base em dados do ano de 2010.

No município de Assis a entrega de pneumáticos já atingiu mais de 50.000 unidades entre pneus de veículos de passeio, carga, motos e bicicletas desde o ano de 2012.

No ano de 2012 foram descartadas 16.185 caçambas de entulho de obras. Considerando um volume médio de 5 m³ por caçamba estima-se que em 2012 foram dispostos 80.925 m³ de RCD – Resíduos de Construção e Demolição ou 105.202 toneladas, totalizando uma média de 337 m³ por dia útil.

O serviço de coleta e transbordo dos resíduos sólidos com características domiciliares são realizados pela Prefeitura Municipal de Assis através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e por meio do Departamento de Coleta de Lixo, e tem como destino final o local

devidamente licenciado pela CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, cujo transporte de disposição final ambientalmente adequado é de responsabilidade da empresa contratada que hoje fica na cidade de QUATA gerando custos de deslocamento desse resíduo que conforme dados de 2017 era de aproximadamente 2.100 toneladas por mês, com uma média de 70 toneladas por dia, de acordo com os dados da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

A proteção do meio ambiente passa pela mudança de hábitos individuais. Para que os indicadores de proteção do meio ambiente melhorem, é importante que cada um seja mais consciente sobre o seu impacto na natureza.

METAS A SEREM PERSEGUIDAS

Desenvolver um estudo sólido e transparente dos dados de coleta e reciclagem de lixo e conservação ambiental (documento disponibilizado pela prefeitura hoje traz dados de 2012 e 2017)

Aumentar a cobertura da coleta de resíduos sólidos urbanos

Aumentar a cobertura de coleta seletiva urbana

Reduzir a destinação inadequada dos resíduos sólidos urbanos

Reduzir os pontos de descarte irregular de lixo

Aumentar os índices de reciclagem do óleo comestível usado

Aumentar o nível de segurança hídrica

PROPOSTAS

1. Desenvolver programas educacionais para conscientizar a população sobre a importância da preservação ambiental, os impactos negativos das queimadas e as consequências da poluição da água.
2. Organizar campanhas de conscientização sobre os problemas do abandono animal e promover a adoção responsável e castração de animais de estimação.

3. Incentivar investimentos privados para a requalificação e modernização das instalações dos parques, incluindo aprimoramento de infraestruturas como trilhas, centros de visitantes e áreas de lazer.
4. Desenvolver serviços de apoio ao ecoturismo, realçando a beleza natural e os atrativos dos parques, enquanto se promove a conservação ambiental e a educação ambiental.
5. Oferecer uma gama diversificada de serviços, como alimentação e atividades recreativas, para melhorar a experiência dos visitantes e aumentar a receita dos parques.
6. Garantir que o processo de concessão seja transparente, com clara definição de responsabilidades e expectativas para os operadores privados, assegurando a sustentabilidade a longo prazo dos parques.
7. Identificar e divulgar organizações dedicadas ao acolhimento de animais e locais onde é possível adotar animais de forma responsável.
8. Criar colaboração entre o governo e entidades privadas para viabilizar a castração de animais domésticos, de rua ou que estejam em abrigos, a fim de controlar a população de animais sem lar.
9. Estabelecer parcerias entre governo, setor privado, autoridades locais e organizações ambientais para preservar áreas verdes, monitorar e proteger áreas de risco ambiental.
10. Estabelecer parcerias para viabilizar um sistema de vigilância para detectar e prevenir queimadas e desmatamentos.
11. Estudar e viabilizar a instalação de painéis solares nos prédios públicos trazendo economia e sustentabilidade ao município
12. Apoiar a formação de cooperativas para coleta do material reciclável, incentivando a coleta seletiva e reciclagem.
13. Estabelecer centros de compostagem e reciclagem, preferencialmente por meio de parcerias público-privadas.

14. Por meio de campanhas, incentivar os moradores a separarem o lixo orgânico e reciclável, inclusive as crianças e adolescentes, em parceria com a pasta de educação.
15. Implementar projetos de limpeza e despoluição de rios e lagos principalmente no Parque das Águas onde hoje é um local insalubre para a prática de esportes que tenham contato com a água.
16. Refazer plantio de árvores ao redor do Parque das Águas 1 para gerar melhor sombreamento das margens e diminuição do calor naquele local
17. Tornar mais eficiente a emissão de licenças ambientais, assegurando que os processos sejam mais ágeis e ainda estejam em conformidade com as normas ambientais.
18. Promover a capacitação contínua de servidores das Secretarias de Meio Ambiente e estabelecer um processo de seleção técnico para a contratação de novos funcionários, buscando a excelência e a eficiência nos serviços.
19. Desenvolver canais de denúncias acessíveis para o público reportar problemas ambientais e abusos e abandono de animais.
20. Identificar áreas de conflito ambiental e atuar como mediador para encontrar soluções equilibradas.
21. Implementar políticas de uso eficiente da água, incluindo a instalação de sistemas de captação de água da chuva em prédios públicos.
22. Desenvolver um sistema de acompanhamento e gestão de árvores para o corte e pode sustentáveis e o replantio de espécies adequadas ao nosso solo e clima que tenham porte de sombreamento e baixo dano às calçadas.
23. Promover a arborização das ruas e a criação de corredores verdes que conectem diferentes áreas da cidade, proporcionando espaços para recreação e tornando as calçadas mais caminháveis.
24. Criar campanhas de reciclagem do óleo comestível junto as residências e estabelecimentos comerciais em parceria com a iniciativa privada para o recolhimento adequado deste item não deixando que seja descartado no esgoto tradicional.
25. Buscar soluções econômica e ambientalmente viáveis para a renovação das frotas do transporte coletivo, com foco na redução de poluentes.

26. Executar inspeção e auditoria nas redes de água e esgoto para localizar e desativar conexões ilegais e combate aos vazamentos que geram perda de recursos hídricos ao longo da jornada de distribuição da água.
27. Realizar campanhas junto aos proprietários de terras que tenham em seu interior nascentes, rios, lagos e açudes para melhor forma de preservação e reflorestamento dessas margens e também como melhor aproveitá-las seguindo os planos nacionais e dando tranquilidade ao agricultor ao que tange o processo de acompanhamento das equipes do meio ambiente que deverão ser mais consultivas do que punitivas no momento de adequações necessárias para o cumprimento das leis ambientais.
28. Aumento na distribuição de lixeiras em postes e outras instalações urbanas.
29. Ampliar o trabalho de varrição e conservação de ruas para outros bairros que não sejam os centrais
30. Desenvolver e estruturar um local para a instalação de empresas cooperativas de reciclagem onde possam se reunir vários interessados deste segmento e que possam otimizar custos conjuntos ampliando seu potencial de reciclagem, diminuindo custos e aumentando a rentabilidade de seus cooperados.
31. Realizar estudos de viabilidade econômica para implementação de sistemas de eficiência energética e hídrica em infraestrutura existente ou a ser construída.

Geração de Emprego E Desenvolvimento

O melhor programa social que existe é o emprego. Nos últimos 8 anos, entretanto, o desemprego ficou acima dos 10%. Entre jovens de 15 a 24 anos de idade, o resultado é ainda pior, acima de 20%, mostrando que nossos jovens têm ainda mais dificuldades para conseguir se inserir no mercado de trabalho e começar a vida adulta financeiramente independentes¹⁰.

A renda média do brasileiro encerrou 2022 em R\$ 2.533,00 mensais, 2,6% abaixo do que era em 2012. Não registramos praticamente nenhum progresso em uma década. Segundo os dados da PNAD contínua, em 2019, 90% da população tinha uma renda inferior a R\$ 3.500,00 mensais. E nas últimas quatro décadas, a produtividade de hora trabalhada no Brasil cresceu apenas 0,6% ao ano.

Parte dessa estagnação é causada pela dificuldade de empreender e inovar no país. São extensas a burocracia e a insegurança jurídica provocadas por regras complexas e incertas, os longos procedimentos para abrir e operar empresas, os códigos tributários confusos e as exigências excessivas de licenças prévias à atividade.

Especialmente nos municípios como o nosso de Assis, onde existe a predominância de zonas rurais, também é preciso observar a importância da agropecuária para a geração de empregos e a ampliação da competitividade. Em 2022, a cadeia produtiva do agronegócio, na qual o Brasil é referência mundial no desenvolvimento de tecnologia, representou cerca de 25% do PIB nacional. Trata-se de um setor de muita relevância na economia do país.

O município desempenha um papel de grande relevância na criação de um ambiente propício ao crescimento de negócios e à atração de investimentos. Nós temos uma função fundamental para remover as barreiras desnecessárias e simplificar as remanescentes para os empreendedores de qualquer porte. A Prefeitura também pode implementar infraestrutura adequada e fomentar a educação profissionalizante e técnica, alinhada às demandas do mercado local. Parcerias público-privadas podem ser essenciais nesse contexto, assim como a participação ativa dos municípios em redes de cooperação intermunicipal como o CIVAP visando ao desenvolvimento de polos econômicos regionais.

Hoje Assis tem em sua região administrativa 13 cidades, Cândido Mota, Florínea, Tarumã, Cruzália, Praguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Maracaí, Platina, Palmital, Campos Novos Paulista, Oscar Bressane, Echaporã e Lutécia que somam mais de 250 mil habitantes. Com vocação agrícola e para o comércio com grande potencial de eixo rodoviário com rodovias como Raposo Tavares, Rachid Rayes (Marília) e Miguel Jubran (sentido Paraná).

Estando próximo às capitais como Campo Grande (MS) a 552 km, 463 km de Curitiba (PR), 444 km de São Paulo (SP) fora as demais cidades ao entorno, com capacidade de interligar a todas como porto seco para vários produtos.

METAS A SEREM PERSEGUIDAS

Melhorar o desempenho em índices de competitividade

Aumentar o PIB per capita do município

Reduzir o tempo médio para abertura de empresa

Aumentar o número de empregos normais

Aumentar o número de empresas abertas

PROPOSTAS

1. Utilizar o Índice de Concorrência dos Municípios, do Governo Federal, como uma lista de recomendações a serem implementadas para tornar a cidade mais competitiva.
2. Revisar e atualizar os códigos municipais, incluindo os de Posturas, Tributário, Ética e outros, para garantir que sejam simples, claros e alinhados às práticas modernas e às necessidades atuais.
3. Aprovar e implementar a Lei de Liberdade Econômica no município, reduzindo ou eliminando a necessidade de alvarás, instituindo o conceito de baixo risco e simplificando a abertura e a operação de empresas.
4. Criar Salas do Empreendedor, onde a população possa encontrar todos os serviços e suportes necessários para abrir e gerir suas empresas, principalmente em regiões periféricas.
5. Aprovar e implementar uma legislação de Sandbox Regulatório, criando um ambiente de teste de inovações entre entes privados, incentivando inovação e aumentando a produtividade da economia.
6. Promover o uso de Zonas de Melhoria de Negócios (Business Improvement Districts), permitindo a coordenação entre empresas para o desenvolvimento de áreas da cidade, impulsionando o comércio, a segurança, o lazer, o desenvolvimento urbano e o turismo.

7. Facilitar a empregabilidade dos cidadãos, implementando centrais e feirões do emprego, bem como outras atividades que conectem a população desempregada às vagas disponíveis
8. Implementar programas de educação e treinamento profissionalizante, em parceria com a iniciativa privada, sistema S e outros órgãos estaduais e federais, para qualificar a população de acordo com demandas de mão de obra do município;
9. Reduzir as burocracias, registros e barreiras para o exercício de atividades profissionais.
10. Ter uma gestão ativa na atração de investimentos, elaborando guias de investimentos, indo em eventos e contatando empresas, associações, federações, embaixadas ou consulados e demais entidades do setor produtivo para promover as vantagens competitivas da cidade.
11. Planejar e executar projetos de revitalização do Parque Industrial em parceria com o setor privado, além de iniciar os trabalhos nos novos parques 2 e 3.
12. Trabalhar na regularização de terras e na emissão de escrituras, garantindo a legalidade e a segurança jurídica dos imóveis.
13. Manter a infraestrutura adequada para o escoamento de produção, seja através da prefeitura ou de programas que viabilizem investimentos privados no ativo público, como por meio de doações dos empresários locais.
14. Estabelecer parcerias para oferecer educação e suporte aos agricultores, especialmente os pequenos produtores e agricultores familiares, em técnicas de manejo, gestão de negócios e participação em licitações e todo o ciclo desde a produção, armazenagem e escoamento de mercadorias que serão fornecidas para os programas de alimentação da cidade, sendo coordenados de forma que cada produtor possa produzir uma parte dos itens que serão consumidos e que também estejam dentro de um planejamento de colheita fazendo com que não falte produtos para os programas da prefeitura. Mantendo com isso as pessoas em suas propriedades as mantendo produtivas e rentáveis para que não precisem vendê-las para grandes produtores e assim ficando sem fonte de renda, tendo de vir para a cidade ou se mudando para outra região atrás de outro tipo de serviço.
15. Reduzir as barreiras para instalação de infraestrutura necessária para internet e tecnologias voltadas à agricultura.

16. Incentivo a instalação de sistemas de irrigação aos agricultores do município com crédito subsidiado e isenção tributária de empresas especializadas instaladas no município.
17. Criação de um centro de convenções. Buscar junto ao governo Estadual ou Federal a posse do local conhecido como Oficina e depósito de Trens da Fepasa na vila Operária. Definição de temas para a criação de datas de feiras e eventos temáticos que atraiam empresas e pessoas da região para discussões e geração de negócios dentro de nossa cidade, com temas, como Plantas ornamentais, Tecnologia, Construção Civil, Estética, Móveis etc..
18. Criação de um centro de compras populares e de artesanato no local conhecido como Oficina e Depósitos de trens da Fepasa na Vila Operária através de um concurso público de projetos de revitalização do local conservando o teor histórico e gerando mais empregos.
19. Desenvolvimento de um centro de formação de mão de obra como pedreiros, carpinteiros, armadores, serventes, soldadores, mecânicos, torneiros, cabeleireiros, depilação, design de sobrancelhas, design gráfico etc em conjunto com a secretária de Educação e em parceria com empresas privadas para oferecerem estágios para que os alunos possam desenvolver seu aprendizado, demonstrar suas habilidades, ajudando a empresa e até tendo oportunidade de efetivação ao final do curso.
20. Cuidado com as estradas rurais, conservando e mantendo livre de buracos e com a parceira com a CART, utilizando a raspa de asfalto buscar pavimentar o máximo de trechos facilitando o transporte de alimento independente das condições climáticas, reduzindo custos aos produtores rurais e agilizando as entregas.

Esporte, Lazer, Cultura e Turismo

Ticket Sports, maior plataforma de vendas de inscrições para eventos esportivos da América Latina, mostrou que a maior parte dos atletas amadores se considera feliz sempre ou a maior parte do tempo. O mesmo estudo apontou que eventos esportivos são momentos inesquecíveis e de grande realização pessoal, em especial pelo fator de superação.

O esporte também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento na infância: artigo publicado no “International Journal of Environmental Research and Public Health” em 2018 descobriu que esportes e atividades físicas melhoram a atenção, pensamento, aprendizado e memória nos primeiros anos de vida, além de influenciar positivamente as emoções e funções cerebrais das crianças. Apesar dos benefícios trazidos pela prática esportiva, relatório do Serviço Social da Indústria (Sesi) desenvolvido em 2023 revela um panorama preocupante, pois 52% dos brasileiros praticam pouca ou nenhuma atividade física, e a incidência de problemas de saúde é quase o dobro entre os indivíduos sedentários.

A cultura também é fundamental para a felicidade e bem-estar da população, proporcionando momentos de reflexão profunda ou permitindo manifestações do sentimento coletivo, que aprimoram o pertencimento e a coesão social. A cultura ocupa um papel tão fundamental na vida social que, segundo o Observatório Itaú Cultural, o setor cultural foi responsável pela geração de 7,4 milhões de empregos formais e informais no quarto trimestre de 2022, o que representa 7% do total de trabalhadores do país.

Além disso, trabalho da Universidade de Amsterdam, publicado no periódico “Frontiers in Neuroscience”, revelou que aulas de música na infância melhoram significativamente habilidades cognitivas em crianças, exercendo influência positiva sobre o desempenho acadêmico futuro. Essas habilidades incluem raciocínio linguístico, memória de longo prazo, planejamento e redução da timidez. A pesquisa também mostrou que aulas de arte visual aprimoram a memória visual e espacial.

Outro setor que merece mais atenção dentro das políticas de nosso município é o turismo. Apesar de ter gerado um faturamento de mais de R\$ 121 bilhões de janeiro a agosto de 2023, segundo a Fecomercio/SP, e trazer a expectativa de criação de 7,9 milhões de postos de trabalho até o final de 2023, de acordo com o Relatório de Impacto Econômico do WTTC, o segmento se encontra muito abaixo do seu potencial. Em 2018, pré-pandemia, o Brasil ocupava a 52ª posição no ranking de turistas estrangeiros, com 6,6 milhões de viajantes, atrás da Argentina, com 6,9 milhões; das Filipinas, com 7,2 milhões; do Irã, com 7,3 milhões; e da Tunísia, com 8,3 milhões⁴⁸. Desde então, sequer retornou a estes patamares.

É evidente que a criatividade, a produção artística e os potenciais turísticos e esportivos de um município têm impacto significativo na economia. Esses elementos são essenciais para gerar emprego, riqueza e melhorar a qualidade de vida, pois fomentam habilidades sociais, criatividade e pensamento crítico nos jovens, ao mesmo tempo que incentivam a adoção de estilos de vida saudáveis e ativos. Ao participarem de eventos culturais, atividades esportivas e experiências turísticas, públicos de todas as idades ganham uma exposição valiosa a novas ideias e culturas, enriquecendo sua educação e perspectiva de mundo, além de fortalecer laços comunitários e promover a inclusão social.

As políticas públicas voltadas para a cultura, o esporte e o turismo devem ser prioritariamente estruturadas a partir do município, que irá atuar como um facilitador na execução de projetos. O papel do poder público, portanto, deve ser o de estimulador na atração de investimentos, impulsionando o desenvolvimento dessas áreas para que alcancem autonomia

Para isso, a Prefeitura pode impulsionar eventos locais, proteger imóveis, complexos arquitetônicos e regiões com valor histórico e cultural e formular programas de incentivo ao esporte em parceria com a pasta da educação e assistência social.

O foco é fortalecer a estruturação das organizações da sociedade civil e qualificar seus integrantes, abrindo espaço para que a iniciativa privada tenha interesse em investir e explorar a cultura e o turismo e apoiar o esporte de base. Isso possibilita investimentos substanciais, enquanto reduz a dependência dos setores dos cofres públicos. O objetivo é fomentar a autossuficiência financeira e administrativa dessas organizações, contribuindo para uma gestão mais eficaz e inovadora.

METAS A SEREM PERSEGUIDAS

Aumentar a atração de investimentos privados para o turismo e para eventos esportivos e culturais na cidade

Aumentar as vagas de empregos geradas pelo setor privado nos setores de turismo, cultura e esporte no município

Reduzir ou eliminar a gestão pública dos equipamentos turísticos, esportivos e culturais no município

PROPOSTAS

1. Incentivar a criação de associações esportivas formais e clubes esportivos, bem como capacitar empreendedores do setor esportivo na comunidade, procurando desenvolver habilidades de gestão e inovação e atrair patrocínios.
2. Conceder os equipamentos esportivos públicos ou a sua construção e operação para a iniciativa privada e elaborar outras parcerias para melhorar e ampliar os espaços públicos dedicados à prática de esportes.
3. Atrair eventos esportivos para a cidade.
4. Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos esportivos na cidade.
5. Promover a abertura das escolas aos finais de semana e feriados para que a comunidade organize atividades esportivas, incentivando a prática de exercícios e o bem-estar entre os moradores, se possível, em parceria com entidades do terceiro setor.
6. Incentivar a criação de associações culturais formais, com capacidade de atrair patrocínios e outras verbas privadas.
7. Capacitar empreendedores do setor cultural, visando desenvolver habilidades de gestão e inovação.
8. Administrar os programas e bens culturais de maneira transparente e com participação ativa dos cidadãos, buscando eliminar as influências políticas.
9. Atrair empresas e associações que trabalham com criatividade e inovação, como artes, design e entretenimento, para estimular o crescimento econômico e a geração de empregos no setor.
10. Tornar os projetos e coleções culturais acessíveis online, facilitando o acesso público e promovendo a cultura digital.
11. Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos culturais.
12. Incentivar parcerias público-privadas para projetos de conservação e restauração de patrimônios culturais materiais, como monumentos históricos, edificações e locais de significância cultural, permitindo a exploração deles como museus ou

locais de eventos e acompanhado de iniciativas educativas para engajar a comunidade na preservação desses espaços.

13. Documentar e celebrar o patrimônio imaterial, como tradições, línguas, festas e artesanatos locais, através de eventos culturais, preferencialmente por meio de parcerias com o terceiro setor e com o setor privado, para manter viva a herança cultural intangível da comunidade.
14. Implementar um processo de revisão periódica dos tombamentos existentes para garantir que atendam aos critérios atuais de valor histórico, cultural e arquitetônico.
15. Estabelecer um processo transparente e baseado em critérios claros para eventuais novos tombamentos, garantindo a devida indenização a proprietários e evitando influências políticas e critérios desarrazoados.
16. Promover programas educacionais para aumentar a conscientização pública sobre a importância do patrimônio histórico e cultural a partir de visitas guiadas, exposições e material educativo.
17. Estabelecer parcerias com o setor privado para investimentos em infraestrutura turística e eventos.
18. Promover eventos e estratégias de marketing que destaquem a cultura local e o potencial turístico da cidade para atrair visitantes e patrocinadores.
19. Explorar colaborações com entidades do setor privado e do Sistema S, com o objetivo de desenvolver programas de capacitação voltados para o aprimoramento de profissionais no setor turístico.
20. Reduzir restrições desnecessárias que impeçam a realização de eventos ou a exploração turística.
21. Estabelecer colaboração entre os municípios para identificar objetivos comuns, desenvolver estratégias conjuntas, compartilhar recursos, expertise técnica, infraestrutura e fundos para projetos de interesse mútuo.
22. Desenvolver um roteiro turístico integrado que valorize tanto o patrimônio material quanto imaterial da cidade, promovendo experiências culturais autênticas sobre a história e as tradições locais.

23. Implementar programas educativos em locais históricos e culturais do município, integrando o turismo com a aprendizagem, onde estudantes e visitantes possam explorar o patrimônio material e imaterial.
24. Realizar reforma do estádio Antonio Viana da Silva, conhecido como Tonicão, para adequá-lo a eventos de maior porte para a cidade, como shows, mais jogos da categoria amadora criando e desenvolvendo campeonatos regionais.
25. Concessão do Parque das Águas para a iniciativa privada para o desenvolvimento do local com a instalação de quiosques, banheiros, pedalinhos e áreas de lazer para a população além da manutenção e disponibilização da tirolesa em mais horários por dia, sendo que a principal premissa dela será a entrada gratuita das pessoas.
26. Criar eventos culturais como o GRAFITE, que pode ser instalado que vários equipamentos urbanos da cidade, além de campeonatos de skate, Disputas de DJs, HIP HOP, BREAK dentre outros aumentando nossa exposição a cultura e criando em Assis uma cidade moderna e aberta ao novo.
27. Concessão do Kartódromo e Pista de Aerodelismo aumentando os investimentos em melhoria nessas duas áreas que ficam dentro do parque de exposições de Assis, atraindo mais pessoas para o uso desses equipamentos e incentivando a prática e campeonatos que integrem toda a região.
28. Promover em conjunto com a iniciativa privada pelo menos 2 datas anuais de campeonato de Hipismo e provas como a de Tambor em nossa cidade para a geração de visitantes de fora para que venham consumir em nossa cidade com eventos de duração de 2 ou 3 dias.
29. Reforma do parque Buracão criando um circuito de caminhada e ampliando as áreas de lazer e convivência que hoje estão deterioradas.
30. Usar o parque de exposições para desenvolvimento de áreas temáticas fixas como Circuito de Mountain Bike, pista de arrancada, dentro outros para criamos também eventos e competições que gerem mais visibilidade e movimento para nossa cidade.
31. Criação de um centro de esportes que busque a formação de atletas em todas as modalidades olímpicas, contratação de professores e ampliação da rede de esporte para dentro das escolas a fim de identificar talentos nas diversas modalidades e incentivar que a iniciativa privada de nossa cidade patrocine nossas crianças para que representem a cidade em eventos esportivos buscando inclusive a colaboração das empresas locais como patrocinadoras desses atletas. Aumento

da autoestima das crianças, geração de possibilidade de carreira dentro do esporte podendo mudar vidas e gerando oportunidades fora das carreiras tradicionais e gerando na cidade um diferencial das demais da região como polo esportivo e gerador de talentos.

Segurança Pública

A teoria liberal considera que a função mais básica de um governo é garantir a segurança e proteger a propriedade privada. O Estado no Brasil, contudo, não desempenha bem essa função. Nosso país tem 10 das 50 cidades com mais homicídios per capita do mundo e é uma das 20 nações mais violentas. Além disso, existem no Brasil 53 facções criminosas que disputam a dominância territorial e econômica instaurando, por vezes, situações análogas à guerra civil nos municípios e presídios nacionais.

Em virtude disso, e convivendo com o sentimento de impunidade provocado por um processo penal ineficiente na prisão dos criminosos, a realidade é que a sensação de insegurança faz parte do dia a dia no país.

As evidências, todavia, apontam que cerca de 50% dos crimes acontecem em 2% a 4% dos territórios das cidades. Locais onde fatores como baixa visibilidade, pouca iluminação, facilidade de fuga, baixo tráfego de pessoas ou a má zeladoria facilitam a atuação dos criminosos. Isso ocorre porque, apesar de a prática de delitos possuir diversas causas, algumas delas dependem do ambiente e da situação. Como nesses locais é menos arriscado praticar crimes, é mais recompensador do ponto de vista do criminoso.

Embora constitucionalmente a segurança pública seja responsabilidade dos estados e da União, os municípios também podem e devem desenvolver políticas para assegurar a proteção e o bem-estar de seus habitantes, principalmente por meio de três eixos:

- a) melhor gestão dos espaços públicos na cidade;
- b) apoio na implementação de soluções de prevenção e repressão pelas forças de segurança, a partir do uso de inteligência e tecnologia;
- c) prevenção do crime.

Todas as medidas demandam a atuação coordenada entre a equipe encarregada de executar políticas de segurança pública, as forças de segurança, órgãos de persecução criminal (como o Ministério Público) e outras equipes e secretarias da cidade, como a Defesa Civil, a zeladoria e planejamento urbano, educação, saúde e assistência social.

O primeiro passo para prevenir o crime é mapear os locais em que ele prioritariamente ocorre. Isso permite o uso de inteligência e a atuação coordenada com outras secretarias e com o governo do estado e forças policiais, como as polícias Civil e Militar, para resolver os problemas de cada localidade.

Diversas instituições disponibilizam metodologias e softwares para a compilação desses dados e a produção de mapas de calor ou relatórios de inteligência. A utilização e,

eventualmente, o aprimoramento dessas ferramentas é fundamental para a eficiência de toda política de segurança pública aplicada no município.

METAS A SEREM PERSEGUIDAS

Redução do número de furtos e roubos

Redução do número de mortes violentas intencionais

Redução do número de mortes violentas por causa indeterminada

Redução da ocorrência de crimes de violência sexual

Redução da ocorrência de crimes de violência física

Redução do número de danos e mortes causados por acidentes, ocorrências climáticas e desastres naturais

PROPOSTAS

1. Instituir um Observatório de Prevenção da violência, responsável pelo levantamento de dados conectados à criminalidade na cidade e pela coordenação de políticas públicas com as forças de segurança, organizações da sociedade civil e poder público.
2. Elaborar um mapa de pontos de calor do crime a partir dos Boletins de Ocorrência, apontando áreas com altos índices de criminalidade, para fundamentar intervenções coordenadas com a área de segurança, urbanismo e zeladoria, assistência social e outros órgãos relevantes da gestão municipal, ou em nível estadual ou federal.
3. Compartilhar o mapa de pontos de calor do crime e de áreas com altos índices de criminalidade com a população e outras forças de segurança.
4. Instalação de 200 câmeras pela cidade e de um centro de monitoramento das mesmas para a prevenção de crimes e identificação de infratores.

5. Estudo de parceria entre sociedade e Prefeitura para o Cadastro Municipal e o uso de câmeras de vigilância particulares de casas para o monitoramento das ruas com contra partida a redução do valor do IPTU
6. Aprimorar os canais de denúncia e comunicação com a população, tornando-os mais acessíveis e conhecidos.
7. Estruturar intervenções integradas de prevenção ao crime, em cooperação com as áreas de cultura, educação, saúde, assistência social e com as forças de segurança.
8. Elaborar uma Operação Delegada, onde o município contrata a Polícia Militar de seu estado para desempenhar funções de fiscalização, nos moldes da Lei Municipal 14.977/2009 de São Paulo (SP).
9. Em conjunto com as forças de segurança, implementar intervenções tecnológicas e rotinas de patrulhamento nas áreas de alta criminalidade mapeadas como pontos de calor do crime.
10. Autorizar que associações de moradores formalmente registradas possam implementar estrutura física de monitoramento e segurança, bem como contratar serviços de vigilância privada que atuem em conjunto com as forças de segurança.
11. Remanejar a estrutura existente da prefeitura para formar um corpo especializado dedicado a questões de segurança urbana com o objetivo de desenvolver, implementar e gerenciar políticas e estratégias de prevenção ao crime na cidade, trabalhando em colaboração com outras entidades e forças de segurança.
12. Estudo da criação da Guarda Municipal, onde após o uso de sua totalidade da atividade delegada e ainda restando necessidade e recursos, verificaremos a possibilidade de implementar as capacidades concedidas na Lei Federal 13.022/2014, que regulamenta as Guardas Municipais, para que possam desempenhar um papel na promoção da segurança nos ambientes escolares e urbanos.
13. Autorizar, caso este seja o caminho escolhido, a Guarda Municipal a fiscalizar o comércio de produtos com alto risco de serem produto de receptação, combatendo a lucratividade do crime.
14. Mapear áreas em risco de alagamento, vendavais e outras incidências em potencial e elaborar planos de contingência para os casos de ocorrências que afetem as regiões mapeadas.

15. Implementar intervenções de desenvolvimento e manutenção de infraestrutura de segurança e prevenção, como manutenção e expansão do sistema de drenagem.
16. Implementar um sistema de notificação nas viaturas da Polícia Militar a qual poderá fazer demandas diretas para áreas da prefeitura avisando sobre falta de iluminação, buracos, necessidade de podas e que irão gerar uma ordem de serviço para que essas ações sejam priorizadas reduzindo assim pontos de risco da cidade.
17. Capacitar a equipe de segurança municipal e demais órgãos relacionados e promover programas de educação e palestras nas escolas sobre segurança.

Anualmente, são registrados mais de 20 mil casos de mortes evitáveis de crianças de até 1 ano de idade no Brasil. Conforme estimativa realizada pela Comissão de Saúde Global de Alta Qualidade, 153 mil vidas são perdidas todos os anos em decorrência do atendimento de má qualidade, enquanto 51 mil óbitos ocorrem por falta de acesso ao atendimento de saúde.

Assim, é preciso discutir como aprimorar o Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente porque, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE (2019), apenas 59,7 milhões de pessoas, o equivalente a 28,5% da população brasileira, estavam cobertas, à época da realização do estudo, por um plano de saúde, seja ele voltado a cuidados médicos ou odontológicos. Significa que 71,5% dos brasileiros dependem exclusivamente do SUS para acessar serviços de tratamento, assistência hospitalar, atendimentos especializados e outros cuidados primários.

A responsabilidade dos municípios na promoção da saúde é ainda mais evidente ao observarmos os desafios enfrentados na área da imunização, componente crucial na prevenção de doenças e promoção da saúde pública. Considerando a importância da imunização, é alarmante notar que, de acordo com dados do Observatório da Atenção Primária à Saúde, da Umane, entre 2001 e 2015, a cobertura vacinal no Brasil permaneceu acima de 70%. Em 2016, contudo, essa taxa caiu para 59,9% e continuou diminuindo a partir de 2019, alcançando apenas 52,1% em 2021.

A Lei do SUS atribui aos municípios a responsabilidade de garantir a atenção primária da saúde, prestada por meio dos serviços realizados nas unidades de pronto atendimento e unidades básicas de saúde, os famosos postos de saúde. Além disso, as cidades têm a função de gerenciar os serviços de saúde secundária e terciária, seja por meio da contratualização de serviços ou da prestação direta, existindo casos em que a prefeitura gerencia a integralidade do sistema de saúde.

O município deve realizar campanhas de vacinação, programas de saúde preventiva, triagem e encaminhamento dos pacientes para os especialistas e distribuição de medicamentos. Por fim, também integra o SUS a vigilância sanitária, responsável por garantir a qualidade dos alimentos e a salubridade de estabelecimentos.

Percebe-se, então, que a atuação do município é essencial para a proteção e melhoria da qualidade de vida da população. Nesse esforço, é crucial que o sistema público municipal esteja alicerçado em quatro pilares fundamentais:

- 1) Acesso,
- 2) Prevenção,
- 3) Diagnóstico preciso
- 4) Tratamento adequado.

A concretização de cada um deles exige uma abordagem integrada entre setor público e privado, focada em gestão eficiente, uso de tecnologia e participação da comunidade.

Diante das ineficiências operacionais do SUS, a melhoria da qualidade do serviço passa por aprimorar a gestão de processos, dados, pessoas e insumos utilizados. É necessário, por exemplo, qualificar a tomada de decisão de cada médico por meio de prontuários eletrônicos e da melhoria dos processos de triagem, direcionamento e agendamento de consultas a especialistas por meio de integração dos sistemas de saúde municipal e estadual. Além disso, é fundamental estabelecer metas claras e mensuráveis, que sejam acompanhadas de perto pelos gestores de saúde. Nesse contexto, cabe ao Legislativo a responsabilidade de fiscalizar a definição e o cumprimento dessas metas, garantindo a transparência e a prestação de contas necessárias.

Para isso, a secretaria municipal de saúde deve priorizar a instalação de sistemas eletrônicos de gestão e treinar os servidores públicos na ponta para que a captação de dados seja efetiva. Ademais, é importante que a gestão de estoque de medicamentos seja digitalizada e monitorada em tempo real, aderindo às melhores práticas para a atividade, além de oferecer opções terapêuticas semelhantes ou mesmo outros pontos de oferta do medicamento, para que o paciente seja efetivamente suprido em sua necessidade.

METAS A SEREM PERSEGUIDAS

Aumentar a cobertura da atenção primária

Aumentar a cobertura vacinal

Aumentar a cobertura do atendimento pré-natal

Reduzir a mortalidade infantil

Reduzir as mortes por causas evitáveis

Diminuir tempo de Espera para cirurgias eletivas

Diminuir tempo de espera para atendimento de consultas com especialistas

Reduzir tempo de espera para obtenção de próteses dentárias

Melhorar a qualidade do atendimento do servidor público junto ao munícipe

Reduzir o absenteísmo de servidores

Melhorar a nível de satisfação dos servidores em seus setores

Perseguir o aumento dos salários e benefícios de nossos servidores para que sejam compatíveis com as mesmas funções das cidades da região.

PROPOSTAS

1. Adotar uma gestão baseada em dados, utilizando análise estatística para melhorar a tomada de decisões, identificar áreas críticas, otimizar operações e planejar a expansão da rede de saúde de maneira estratégica.
2. Modernizar a infraestrutura do sistema de saúde com uma plataforma digital unificada, que incluirá a criação de um Registro Único de Saúde para cada cidadão, melhorando o acesso e a gestão das informações de saúde.
3. Estabelecer um sistema de monitoramento em tempo real para os estoques de medicamentos nas unidades de saúde pública, assegurando que médicos e pacientes tenham informações atualizadas sobre a disponibilidade e a localização dos medicamentos.
4. Estabelecer parcerias público-privadas para a construção e administração de Unidades de Pronto Atendimento, Unidades Básicas de Saúde municipais com o objetivo de expandir e aprimorar a infraestrutura de saúde.
5. Abrir o mercado de clínicas populares para o município de Assis, permitindo assim a realização de exames e consultas, com baixo custo e resultado na hora.
6. Implementar sistemas de triagem digital para atendimento prioritário, incluindo aplicativos e plataformas online que permitam a pré-avaliação de pacientes remotamente, facilitando o encaminhamento adequado para os serviços de saúde mais relevantes e desafogando os serviços presenciais.
7. Aprimorar a distribuição de medicamentos municipais e coordenar sua entrega com os remédios fornecidos pelo estado e pela União.
8. Estabelecer uma prestação de contas acessível e periódica que detalhe os avanços, melhorias e desafios enfrentados na gestão.
9. Estabelecer canais de denúncia efetivos para identificar e combater más práticas na gestão da saúde.
10. Fazer novo orçamento e nova licitação para zerar a atual fila de próteses dentárias da cidade que está em cerca de 400 pessoas.
11. Elaboração do projeto “Carreta da Saúde” que contará com 3 disciplinas: Clínico Geral, Pediatra e Dentista, e irá passar pelos bairros urbanos e rurais para atendimento para resolução de casos de menor complexidade além de mapear e

- quantificar as necessidades de atendimento de especialidades e gerar já a fila de consultas para as que tivermos disponíveis no município e gerar demanda pela contratação de uma PPP para as especialidades que não existirem no sistema municipal.
12. Interlocução com o Governo Estadual juntamente com o CIVAP para realização de uma PPP para ampliar os atendimentos com URGÊNCIA no Hospital Regional.
 13. Tornar pública a fila de exames e consultas com especialidades no SUS.
 14. Ampliação de oferta de vagas nos projetos municipais para crianças atípicas em 20% incluindo crianças da rede privada e aumentando em 2 anos a permanência delas dentro desses programas
 15. Criar uma fila de espera para estes programas de forma que, publicamente tenhamos a divulgação da quantidade de vagas que ofertamos e quantidade de vagas que ainda necessitamos para atender a todas as nossas crianças e adolescentes.
 16. Implementar campanhas educativas em múltiplas plataformas de comunicação para sensibilizar a população sobre a prevenção de doenças, a importância dos exames regulares e a adoção de um estilo de vida saudável, contando com a colaboração de diversas secretarias e setores da sociedade.
 17. Introduzir a telemedicina como ferramenta para melhorar o acesso ao atendimento médico, com foco especial em idosos, crianças e pessoas com dificuldade de locomoção, garantindo que mais pessoas tenham acesso a consultas e orientações médicas, associada a equipamentos e tele laudo.
 18. Formar parcerias com o setor privado para aumentar a capacidade de atendimento do sistema de saúde, visando à redução das filas e ao atendimento mais rápido e eficiente à população.
 19. Realizar visitas domiciliares regulares para o acompanhamento da saúde de grupos vulneráveis, como idosos, gestantes e crianças, assegurando o monitoramento contínuo e a prevenção de problemas de saúde.
 20. Desenvolver uma estrutura acompanhamento da gestação desde o 3º mês até o dia do parto, por profissionais médicos realizando ultrassonografia e demais acompanhamentos em local específico para as futuras mães dentro de uma UBS já existente ou criando um centro de Atendimentos às Mães Grávidas da cidade, onde terão inclusive acompanhamento com psicólogos, ginecologista e obstetra em conjunto com a secretaria de assistência social, já provendo para essa

nova família as condições necessárias para a chegada desse novo membro da família.

21. Promover consultas e orientações sobre métodos contraceptivos, acompanhadas de campanhas educativas para informar e capacitar a população sobre planejamento familiar.
22. Incorporar tecnologias de exames rápidos no método POC (Point of Care) nas Unidades Básicas de Saúde, diminuindo filas e tempo de espera dos usuários, promovendo rapidez na resposta terapêutica.
23. Estender o horário de funcionamento de algumas Unidades Básicas de Saúde, diminuindo a demanda e oportunizando o atendimento à população trabalhadora.
24. Revisar e atualizar as normas de vigilância sanitária, introduzindo o conceito de baixo risco, autorizando a operação sem licença prévia e focando em uma abordagem de fiscalização mais educativa, ativa e presente na comunidade em vez de punitiva, para promover a conformidade por meio do conhecimento e da conscientização.
25. Desenvolver e implementar um sistema de alerta rápido para a detecção e manejo eficiente de surtos de doenças relacionadas à contaminação de alimentos e produtos.
26. Organizar campanhas educativas sobre segurança alimentar e combate a vetores de endemias, a fim de promover práticas mais seguras de manipulação e consumo de alimentos e manejo de materiais.
27. Implementar programas eficazes de controle de vetores, como mosquitos, que são responsáveis pela transmissão de doenças como dengue, zika e chikungunya, buscando reduzir a incidência dessas doenças, com a incorporação de tecnologias e envolvimento de outros setores da saúde no município independente da agenda do governo federal ou estadual.
28. Revisar os procedimentos da Secretaria Municipal de Saúde em conformidade com as diretrizes e normativas dos governos estadual e federal, visando à redução de burocracias e redundâncias.
29. Realizar campanhas de vacinação, direcionando esforços para grupos prioritários, como crianças, idosos e profissionais da área da saúde, a fim de garantir que recebam as vacinas necessárias de maneira oportuna.

30. Estender os horários de funcionamento dos postos de saúde de modo a proporcionar maior flexibilidade e facilitar o acesso à vacinação para a população em geral, especialmente para a população trabalhadora.
31. Implementar a ida de profissionais da saúde para vacinação nas escolas com autorização prévia dos pais, e de uma equipe multidisciplinar para o acompanhamento da saúde das crianças e avaliação de possíveis casos de violência doméstica e ou violência sexual com as crianças que estiverem dentro da rede pública afim de reduzir os casos em nossa cidade
32. Implantar equipes móveis de vacinação e postos de vacinação itinerantes em locais movimentados durante fins de semana e eventos públicos.
33. Desenvolver e implementar campanhas abrangentes de conscientização sobre a importância da vacinação utilizando mídias sociais e outros canais de comunicação para alcançar um público amplo e diversificado, informando sobre os benefícios das vacinas e combatendo a desinformação.
34. Promover a integração dos sistemas municipal e estadual de saúde, por meio da formulação de consórcios, articulando o atendimento primário no município e de especialidades em polos regionais como o Hospital Regional, assegurando a continuidade, a abrangência e a eficiência dos serviços de saúde oferecidos à população.
35. Desenvolver e implementar sistemas de informação unificados para o compartilhamento eficiente de dados de saúde entre os diferentes níveis de governo, a fim de aprimorar o planejamento, a gestão e a resposta às necessidades de saúde da população, com base em informações precisas e atualizadas.
36. Coletar e analisar dados de saúde, permitindo um planejamento, adequado às necessidades locais e baseado em evidências.
37. Criação de um sistema de agendamento de consultas online que irá medir de forma transparente a quantidade de atendimentos realizados na rede pública tanto de especialidades, quando odontológicas, quanto de cirurgias e até das faltas, hoje sabemos que também devido ao longa distância entre a marcação e a consulta, as pessoas esquecem as vezes e você tem um índice de não comparecimento de cerca de 20% a 30% nas consultas, que poderia ser resolvido automaticamente com disparos de SMS para o celular da pessoa que agendou e tendo uma equipe destinada as confirmações.

38. Desenvolver nas escolas, e nas UBS o atendimento de Psicólogos para o combate a uma doença que cresce a cada dia em nossa população jovem que é a depressão. Identificando problemas, dando orientações e trabalhando a família em casos em que ela já esteja em estágio avançado, já que a família é o ponto fundamental para a recuperação dessa criança e adolescente.
39. Criação de grupos de autoajuda para casos de manutenção das terapias para jovens que não estarão mais em tratamento no município, criando uma sequência no atendimento onde o psicólogo irá liberar o jovem para ser encaminhado a estes grupos após a devida evolução de seu caso.
40. Contratação de médicos Neuropediatras para a cidade, pois temos demandas inclusive de crianças atípicas que precisam dessas avaliações periódicas e não temos a oferta dentro da rede municipal.
41. Capacitação de junta médica e de enfermagem para o tratamento adequado aos pacientes da comunidade LGBTQIA+, quanto ao atendimento de especialidades onde o acompanhamento multidisciplinar pode ser necessário principalmente para aqueles que fazem uso de hormônios sem o devido acompanhamento.
42. Atualização de horário de funcionamento do PA Maria Izabel para até as 00:00h no primeiro mês de governo com estudo de ampliação para mantê-lo aberto até 24 horas
43. Organização das UBS para que pelo menos 2 se transformem em PA até as 22:00h
44. Criação de um nova UPA nas novas áreas institucionais que foram destinadas nos novos bairros criados como Pacaembu/Colina distante cerca de 7 km da atual UPA e gerando atendimento em 2 extremos da cidade.

Educação

A educação é essencial para impulsionar o desenvolvimento do indivíduo e, consequentemente, o progresso do país. Apesar da importância da pasta, no entanto, o Estado no Brasil não atinge as expectativas na prestação de um serviço público de qualidade. Problemas como falta de vagas na educação infantil, baixa qualidade do ensino básico e a falta de formação continuada do corpo docente persistem em nosso país.

Em relação à primeira infância, de acordo com estudo da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, o Brasil possui 21 milhões de crianças de 0 a 6 anos e, destas, 7 milhões vivem em pobreza. Quando aplicamos esse recorte de renda sobre o acesso à educação infantil, identifica-se que apenas 26% das crianças de famílias pobres frequentam creches.

Avançando para as etapas escolares, reconhece-se que o acesso já foi universalizado, sendo o aprimoramento da aprendizagem o principal desafio. Em 2016 e 2017, menos da metade dos alunos dos primeiros anos do ensino fundamental alcançaram níveis adequados de proficiência em Leitura (45,3%) e Matemática (45,5%) no SAEB, e no ciclo de avaliação de 2021, o resultado obtido indicou que o país piorou. Além disso, um estudo do UNICEF de 2023 indica que a proporção de crianças de 7 anos que não sabem ler nem escrever dobrou de 20% para 40% entre 2019 e 2022, com um menor desempenho identificado principalmente entre crianças negras e aquelas cuja alfabetização foi impactada pela pandemia.

Em Assis, nossa posição do ranking do IDEB caiu de 177^a para 300^a nos últimos 10 anos.

Temos 56% das nossas escolas municipais com acessibilidade, 69% com sanitários acessíveis, e nossas notas de Português e Matemática vem caindo desde antes da pandemia, segundo o site Qedu.org.br.

A gestão municipal deve se concentrar em eliminar as filas e garantir a oferta de vagas para toda a demanda do município, com atenção especial às crianças mais vulneráveis. Além disso, é importante aprimorar o desempenho dos alunos da rede pública municipal de Assis, assegurando que eles alcancem níveis adequados de aprendizagem em suas respectivas faixas etárias. Outro ponto crítico é a valorização e o reconhecimento dos docentes e gestores escolares, incentivando a melhoria da aprendizagem e a assiduidade.

METAS A SEREM PERSEGUIDAS

Melhorar a taxa de atendimento na educação infantil

Aumentar a taxa de alfabetização

Aumentar a taxa líquida de matrícula no ensino fundamental

Aumentar a nota média do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental

Conseguir proporcionar o piso salarial a 100% dos professores da rede municipal

PROPOSTAS

1. Estabelecer parcerias com instituições privadas locais para atender à demanda em creches, para crianças atípicas, que tenham estrutura adequada a elas, até que a prefeitura crie condições de prestar um bom serviço a elas, implementando uma lei de vales (vouchers) com o objetivo de eliminar as filas de espera.
2. Garantir transparência nas filas de espera para creches, escolas e projetos extra curriculares em todos os programas da prefeitura.
3. Desenvolver e implementar uma política de escolas comunitárias nas quais a prefeitura contratará serviços da rede privada para gerenciar e operar unidades escolares inteiras.
4. Estabelecer programas intensivos de alfabetização nos primeiros anos do Ensino Fundamental.
5. Desenvolver programas de apoio para alunos com interrupções em seu processo de alfabetização, oferecendo aulas de reforço e atividades extracurriculares para a recuperação das habilidades de leitura e escrita.
6. Estabelecer sistemas de monitoramento e avaliação para acompanhar a aprendizagem e progresso dos alunos e identificar precocemente aqueles em risco de evasão, permitindo intervenções oportunas.

7. Ampliar a jornada escolar para que os estudantes tenham mais tempo de aprendizado e desenvolvimento, sempre que possível.
8. Implementar feiras de ciências nos colégios para os anos 3º, 4º e 5º.
9. Implementar metodologias de ensino inovadoras e comprovadamente eficazes para criar ambientes escolares motivadores e alinhados com as necessidades do mundo moderno.
10. Garantir uma infraestrutura que ofereça um ambiente propício à aprendizagem, incluindo transporte escolar, reforma das escolas existentes ou construção de novas quando necessário e fornecimento de merenda escolar de qualidade, para tornar a educação acessível a todos e reduzir as taxas de evasão escolar.
11. Implementar um processo seletivo transparente e baseado em critérios técnicos para a nomeação de diretores de escolas, seguindo as diretrizes do FUNDEB.
12. Assegurar o alinhamento do currículo municipal às expectativas de aprendizagem previstas no conteúdo programático, documentos normativos e na legislação.
13. Qualificar a equipe da secretaria, com a participação de especialistas em educação, para implantação de mecanismos de gestão pedagógica.
14. Apoiar e criar incentivos para que a direção da escola, com o apoio da coordenação pedagógica, acompanhe os planos de aula desenvolvidos pelos docentes, garantindo a aderência ao currículo estabelecido.
15. Registrar, se possível de forma digital, os documentos de acompanhamento dos planos de aula criando, assim, um arquivo para acompanhar o cumprimento do currículo e viabilizar ações de aprimoramento da gestão curricular.
16. Pesquisar o trabalho pedagógico de escolas públicas e privadas de referência da nossa cidade, para inspirar-se em boas práticas e inovações, visando à adoção de estratégias de ensino eficazes que possam ser adaptadas ao contexto.
17. Implementar um escopo-sequência, que detalha as habilidades, objetos de conhecimento e expectativas de aprendizagem a serem ensinados em cada ano de forma progressiva, para orientar os professores sobre como transformar todas as habilidades em um plano coerente de aprendizagem.
18. Oferecer formação continuada à coordenação pedagógica e docentes sobre elaboração e uso de escopo e sequência e planos de aula.

19. Garantir uma estrutura de carreira aos professores que valorize e recompense os resultados no aprendizado dos alunos e o tempo dedicado à sala de aula.
20. Implementar um sistema eficiente e transparente de registro de presença.
21. Implementar programas contínuos de desenvolvimento profissional e formação continuada para gestores e professores.
22. Avaliar a viabilidade de estabelecer parcerias público-privadas para a construção e manutenção dos imóveis das escolas, com o objetivo de fornecer a estrutura necessária à melhoria da aprendizagem no município.
23. Ativar parcerias com governo estadual e municípios próximos para compartilhar recursos, estratégias e experiências.
24. Implementar autonomia financeira nas escolas para despesas com manutenção, segurança e aquisição de equipamentos e materiais de menor valor, buscando agilidade e otimização dos recursos.
25. Implementar programa de desenvolvimento profissional para servidores da Secretaria de Educação, incluindo formação em gestão de políticas públicas e ferramentas administrativas.
26. Implementar sistema de alerta e acompanhamento para garantir que o município se inscreva e cumpra os prazos dos programas federais e estaduais de financiamento da educação, maximizando a captação de recursos.
27. Criação de uma clínica escola para atender as crianças, jovens e adultos atípicos, onde a pessoa irá pela manhã e fará todas as suas atividades em um único local para poder facilitar seu acompanhamento.
28. Estabelecer parcerias com universidades públicas e privadas para realizar testes e diagnósticos em crianças da rede pública, tendo em mente resultados fidedignos.
29. Permitir que pais e responsáveis contratem assistentes terapêuticos, além dos que já devem ser contratados obrigatoriamente pela escola, para apoiar a educação inclusiva, auxiliando no desenvolvimento educacional de estudantes em um ambiente que atenda às suas necessidades específicas.
30. Desenvolver um protocolo de encaminhamento multidisciplinar para conectar crianças com necessidades especiais da rede pública de ensino a serviços especializados de educação, saúde e assistência social.

31. Desenvolvimento de um centro de formação de mão de obra como pedreiros, carpinteiros, armadores, serventes, soldadores, mecânicos, torneiros, cabeleireiros, depilação, design de sobrancelhas, design gráfico etc e em parceria com empresas privadas para oferecerem estágios para que os alunos possam

desenvolver seu aprendizado, demonstrar suas habilidades, ajudando a empresa e até tendo oportunidade de efetivação ao final do curso

Habitação e Planejamento Urbano

Para combater o desafio da insegurança habitacional presente no país, é essencial restaurar o direito de propriedade privada na cidade. Isso começa pela regularização de terras, o que tenderá a beneficiar mais as camadas mais pobres ao lhes dar propriedade formalizada, que pode ser comercializada livremente e por um valor mais alto que o da terra irregular. Além disso, o imóvel regular serve de lastro para crédito, o que lhe confere liquidez e segurança jurídica para transações a prazo.

Após isso, várias outras medidas precisam ser implementadas, como a redução das limitações do uso do solo, a revisão dos zoneamentos urbanos, mitigando restrições e ampliando a liberdade para empreender e incorporar edificações aos terrenos, e a simplificação da obtenção de autorizações para a realização de medidas necessárias à revitalização das áreas centrais das cidades.

METAS A SEREM PERSEGUIDAS

Reduzir o déficit imobiliário da cidade

Reduzir o percentual de imóveis irregulares

Aumentar a densidade habitacional nos bairros residenciais centrais

Reduzir o tempo médio para a autorização de obras e aprovação de projetos

PROPOSTAS

1. Implementar um programa de regularização fundiária, com custos reduzidos para famílias de baixa renda, autorizando a comercialização de imóveis (terrenos e construções) mesmo que a construção não possua Habite-se, promovendo o desenvolvimento econômico e combatendo o crime ao levar instituições e regularização para territórios marginalizados.

2. Digitalizar e integrar os dados cartográficos da cidade, utilizando georreferenciamento para uma melhor gestão do território.
3. Reduzir ou eliminar as exigências para as áreas internas das edificações permitindo o barateamento dos custos de construção e o uso de formas padrão em diversos empreendimentos.
4. Reduzir a complexidade dos códigos de posturas, construção e urbanismo e automatizar os processos de aprovação de projetos.
5. Atualizar lista de interessados em imóveis de programas habitacionais destinados a pessoas de baixa renda, com renda familiar de até R\$ 3.000,00 e revisar os critérios sobre as prioridades no atendimento.
6. Criar cadastro de interessados nesses imóveis para termos como planejar a construção via parceria público privada ou com benefícios conquistados juntos aos governos federais ou estaduais para a construção de imóveis subsidiados para esta faixa da população.
7. Finalizar leis de zoneamento urbano vigentes, revisá-las a partir de critérios de perturbação, poluição, risco e necessidade de adaptações específicas da cidade, com o objetivo de promover um melhor desenvolvimento da cidade e distribuição de residências e empresas.
8. Promover políticas de construção de unidades habitacionais voltadas à população de baixa renda dentro dos centros urbanos, podendo fazer uso de isenções fiscais temporárias ou benefícios urbanísticos como aumento do potencial construtivo e o direito de transferir esse potencial para empreendimentos em outras regiões da cidade.
9. Expandir e implementar leis que permitam a adoção de espaços públicos, como praças e parques, por meio de financiamento coletivo, associações de bairro e atividades econômicas.
10. Estabelecer Zonas de Melhoria de Negócios (*Business Improvement Districts*) onde comerciantes e proprietários possam colaborar para o desenvolvimento e manutenção de espaços públicos.
11. Atualização e implementação do Plano diretor para a cidade de Assis abrindo consultas para o adensamento de construções mais altas no centro da cidade e abrindo as avenidas Davi Passarinho, Dom Antonio, Paschoal Santili, entre outras como novas vias de construções residenciais verticais na cidade e onde poderemos ter maior oferta de transporte público e outros modais de transporte.

Estrutura Secretarias

1. SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ
2. SECRETARIA DA SAÚDE - SESAU
3. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDU
4. SECRETARIA DE ESPORTES - SESPORTE
5. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SAP
6. SECRETARIA DE SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - SESEAS
7. SECRETARIA DA COMUNICAÇÃO - SECOM
8. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA E INOVAÇÃO - SEDEAGRIN
9. SECRETARIA DE HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA URBANA - SEHABIN
10. SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO - SECULT
11. SECRETARIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS - SGDP
12. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - SMA
13. SECRETARIA DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO - SEPUR
14. SECRETARIA DA INCLUSÃO-MULHER-DIVERSIDADE E EQUIDADE - SIMDE

FIM